

O Fim da Escala 6x1 e a Redução da Jornada

O que a experiência francesa ensina ao Brasil e como transformar a PEC 141/2026 em oportunidade de modernização.

Uma análise estratégica baseada em evidências — IVEPESP



O Desafio: A engenharia econômica por trás do tempo



**Qualidade de Vida
e Direitos**

A redução da jornada não é apenas uma questão de direitos trabalhistas. Mudanças na carga horária afetam diretamente a produtividade, os custos de produção, a competitividade e a sobrevivência das empresas.

**Sustentabilidade
Econômica e Custos**

Decisões estruturais devem ser guiadas por evidências científicas e mecanismos de transição, não apenas por expectativas sociais.

A Referência Global: O Laboratório Francês

Em outubro de 2026, pesquisadores publicaram no NBER o estudo empírico mais rigoroso sobre o tema: a análise da reforma que reduziu a jornada na França de 39 para 35 horas semanais, sem redução salarial.



O governo francês não apenas cortou as horas. A reforma combinou a redução do tempo de trabalho com fortes incentivos tributários (desoneração da folha de pagamento) para as empresas.

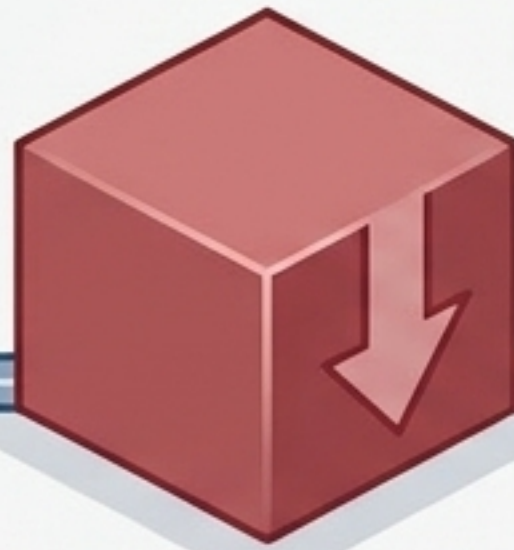
A Matemática da Redução na França

100%



Base
(Jornada Antiga)

-6%



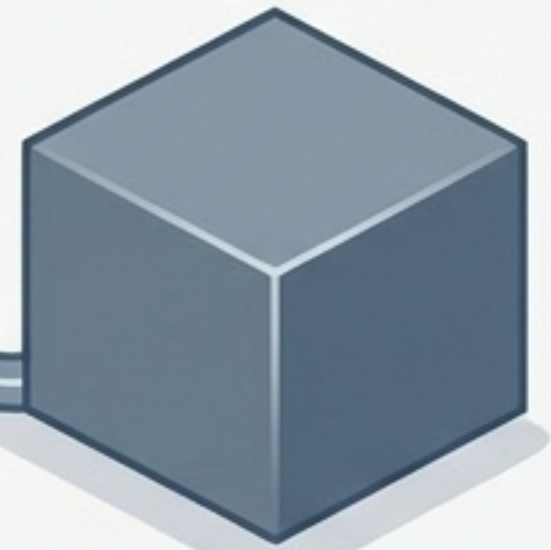
Redução no total de
horas trabalhadas.

+2%



Aumento na
Produtividade Total
dos Fatores.

-1%



Impacto final na
produção agregada.

O Efeito Real: A perda substancial de horas de trabalho foi quase totalmente neutralizada por notáveis ganhos de eficiência produtiva e reorganização das empresas.

O Mito do Compartilhamento de Trabalho

Expectativa



1 trabalhador sai mais cedo =
1 novo trabalhador é contratado
(Compartilhamento de trabalho).

Realidade



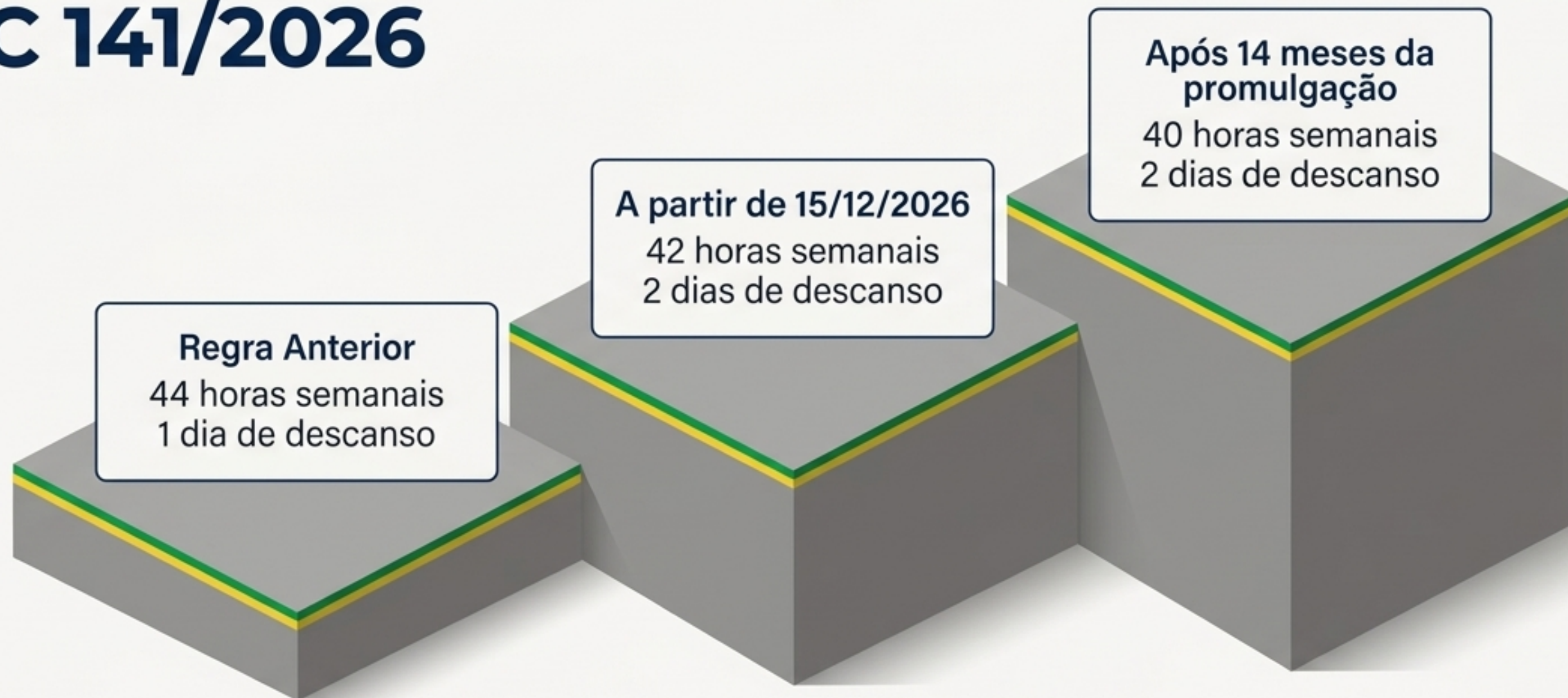
1 trabalhador sai mais cedo =
Tecnologias são adotadas +
Processos são reorganizados.

-3,8%

Na ausência das desonerações fiscais concedidas pelo governo francês, a redução da jornada teria provocado uma **queda de 3,8%** no emprego.

Reduzir a jornada com manutenção de salários eleva o custo unitário do trabalho. O emprego agregado francês só ficou inalterado graças ao pacote fiscal compensatório.

A Nova Realidade Brasileira: PEC 141/2026



O fim da escala 6x1 é um fato constitucional. A questão central não é mais se a mudança vai ocorrer, mas como executá-la sem fechar empresas ou destruir vagas formais.

Paralelos e Divergências: França vs. Brasil

	França (35h)	Brasil (40h)
Jornada Alvo	39h para 35h	44h para 40h
Redução Salarial	Não	Não
Perfil da Economia	Baixa informalidade, alta homogeneidade	Alta informalidade, extrema heterogeneidade
Mecanismo Compensatório	Forte desoneração da folha	A definir / Baseado em negociação coletiva

O Brasil não possui o mesmo espaço fiscal da França para bancar desonerações amplas e permanentes. Soluções nacionais exigirão desenhos criativos e **temporários**.

O Impacto Setorial Assimétrico



Indústria e Escritórios

Status: Adaptável

Podem mitigar o aumento do custo-hora reorganizando turnos, adotando tecnologia e reduzindo horas ociosas.



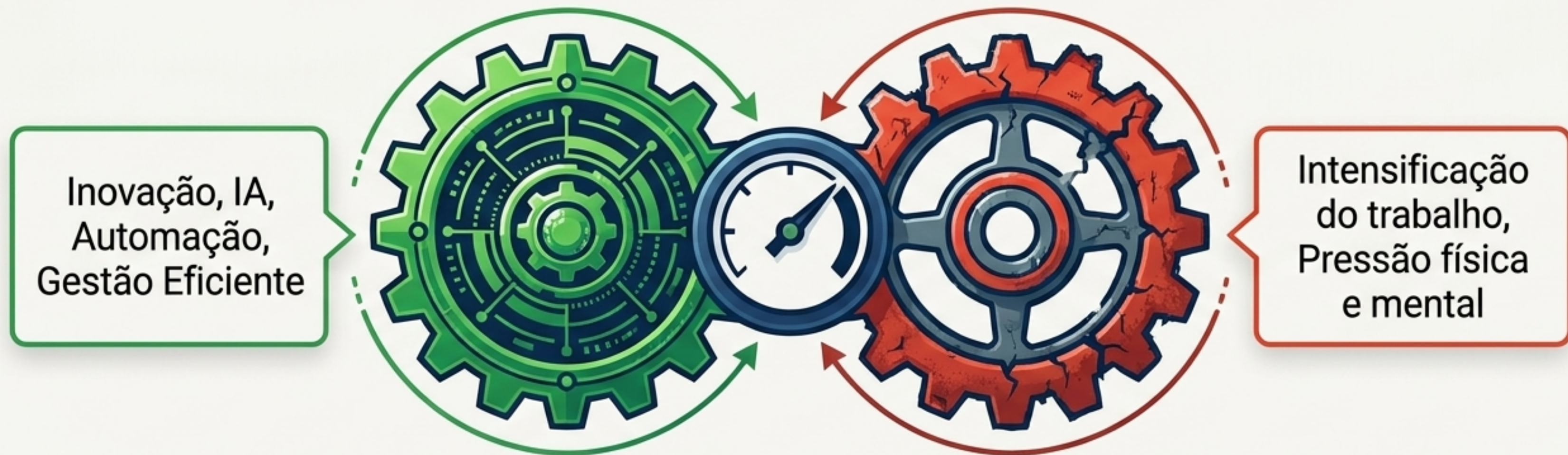
Hospitais, Varejo, Hotelaria, Segurança

Status: Risco Crítico

Operam com necessidade de presença física contínua. A redução da jornada exigirá inevitavelmente contratação adicional ou pagamento massivo de horas extras, achatando as margens de lucro.

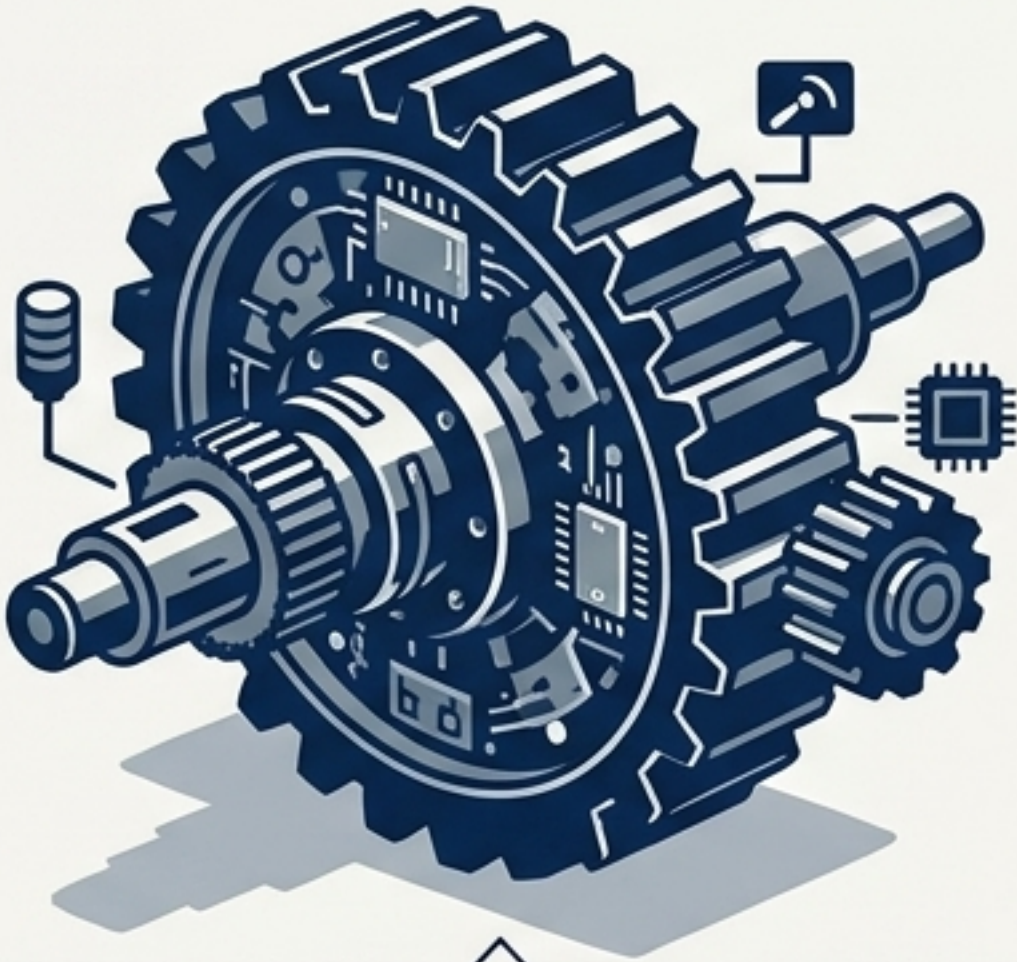
A Armadilha da Produtividade

Produtividade Total dos Fatores (TFP) não é igual a Intensificação do Esforço.



O estudo francês alerta que parte dos 2% de ganho de produtividade veio do aumento da pressão sobre os trabalhadores. No Brasil, para preservar a saúde ocupacional, o ganho de eficiência deve vir da adoção de tecnologia e da eliminação de desperdícios produtivos.

A Heterogeneidade Brasileira e o Risco para as PMEs



Grandes Empresas: Possuem caixa, acesso a crédito e infraestrutura tecnológica para absorver o choque e reorganizar o trabalho.



Pequenos Negócios: Têm fluxo de caixa restrito e operam em setores de mão de obra intensiva. Sem apoio, correm risco de fechamento ou fuga para a informalidade.

Nota de Política Pública: Incentivos tributários devem ser temporários, transparentes, focalizados e estritamente condicionados à formalização das relações de trabalho.

Os Catalisadores da Transição: Educação e Inovação

A adoção de inteligência artificial e automação reorganizará o trabalho, mas exige requalificação massiva para evitar a exclusão dos trabalhadores menos escolarizados.



As instituições brasileiras de pesquisa e educação profissional são infraestruturas vitais. A mudança da lei deve ser o gatilho para um choque de capacitação técnica.

Framework IVEPESP: Transição Responsável (Eixo 1)

1. Sistema Nacional de Acompanhamento

Criação de um painel de dados (com IBGE, Ipea e Universidades) para medir emprego, salário, informalidade e saúde ocupacional.

2. Avaliações Setoriais

Desenho de políticas específicas para os setores de presença contínua (comércio, saúde, turismo).

3. Compensação a PMEs

Estabelecimento de mecanismos temporários de apoio para pequenos negócios, com rígida responsabilidade fiscal.

EIXO 1: MONITORAR E PROTEGER



4. Investimentos em Produtividade

Abertura de linhas de financiamento para incorporação de novas tecnologias e digitalização.

5. Qualificação Profissional

Preparação da força de trabalho para novas demandas produtivas via SENAI/SENAC.

6. Qualidade do Trabalho

Proteção contra a hiper-intensificação, garantindo que o ganho não venha à custa da saúde mental e física.

7. Avaliação Contínua

Publicação de relatórios periódicos de impacto para correção de rotas estruturais.

EIXO 2: INOVAR E QUALIFICAR

A Grande Oportunidade

DE (A Visão Limitada)

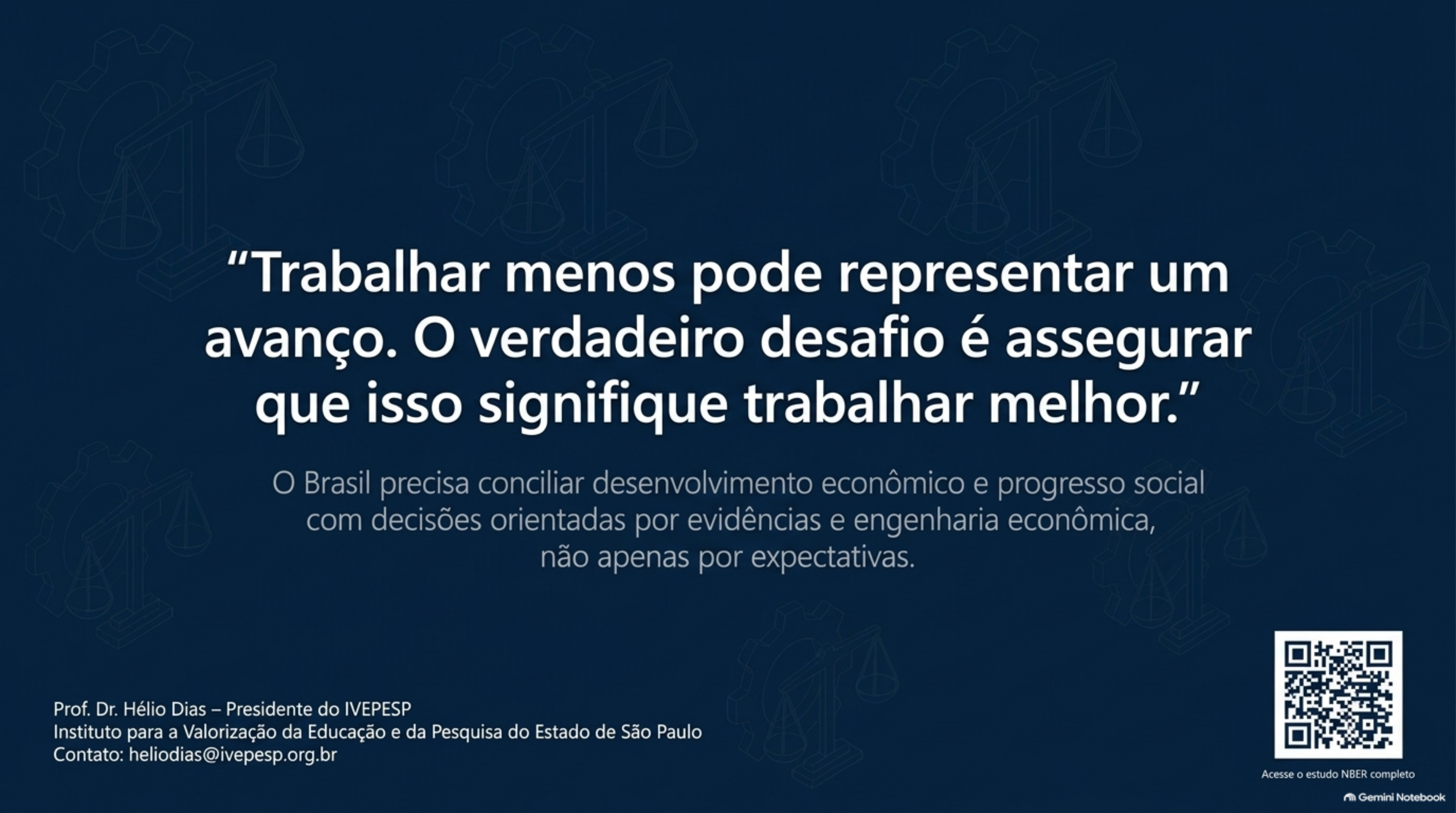
Uma mera disputa jurídica sobre passivo trabalhista, distribuição de horas no relógio e aumento de custos.



PARA (A Visão Estratégica)

**Um amplo
Programa Nacional
de Produtividade
e Qualificação.**

A redução da jornada não deve ser apenas uma política social compensatória. Ela deve atuar como o principal gatilho forçado para a **modernização tecnológica e organizacional** do Brasil no século XXI.



“Trabalhar menos pode representar um avanço. O verdadeiro desafio é assegurar que isso signifique trabalhar melhor.”

O Brasil precisa conciliar desenvolvimento econômico e progresso social com decisões orientadas por evidências e engenharia econômica, não apenas por expectativas.

Prof. Dr. Hélio Dias – Presidente do IVEPESP
Instituto para a Valorização da Educação e da Pesquisa do Estado de São Paulo
Contato: heliodias@ivepesp.org.br



Acesse o estudo NBER completo